AS DIVERGÊNCIAS

	O QUE DIZ O CPERS	O QUE DIZ O GOVERNO
1 PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO	Quer que o governo cumpra a lei do piso nacional, de R$ 1.567. A reinvindicação é que o nível 1 da categoria passe a receber esse valor e que os demais níveis sejam reajustados de forma a que atual proporcionalidade seja mantida.	Afirma que a maior dificuldade está no critério de reajuste anual do piso, atrelado à variação do Fundeb, que já chegou a passar dos 20% de um ano para outro. Isso tornaria impossível implementar a lei.
2 REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	Pede suspensão da reforma iniciada em 2012. Quer que o novo modelo – com disciplinas agrupadas e em que o estudante pode avançar em regime de progressão parcial – seja discutido com a comunidade escolar.	Afirma que promoveu ampla discussão antes da reforma, com debates municipais e regionais e uma conferência estadual. Segundo o governo, o Cpers foi chamado ao debate, mas se recusou a participar do processo.
3 VALE-ALIMENTAÇÃO	Professores recebem R$ 156 por mês de vale-alimentação. Eles exigem reajuste, que não ocorra mais estorno de parte desse valor e que o vale-alimentação seja estendido a profissionais em licença-saúde e aposentados.	Pediu ao sindicato que apresente proposta de mudança no pagamento do vale-alimentação, para que seja aproveitada em projeto que regulamentará o assunto. Dos três itens, é o que tem melhor perspectiva de acordo.